

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST: RELAÇÕES DE PODER QUE PRODUZEM DIFERENTES SABERES E CIDADANIA.

Maria Antônia de Sousa*

Resumo: Este trabalho resulta das pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos 90, tendo como tema central o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Analisei desde a trajetória de vida das lideranças que atuaram no Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, no auge dos conflitos na referida região, até os projetos de assentamentos rurais que envolvem a cooperação agrícola e os sistemas coletivos de produção e, atualmente, os projetos de alfabetização de jovens e adultos em desenvolvimento no interior dos assentamentos. O objetivo deste trabalho é discutir as dimensões macro da luta dos trabalhadores rurais no assentamento rural e contextualizá-las na conjuntura atual brasileira, bem como refletir sobre suas dimensões cotidianas que são visualizadas na relação liderança e base, nos procedimentos místicos realizados nos encontros do MST, na elaboração de formas alternativas de produção por parte dos assentados e na prática dos projetos de alfabetização.

Palavras-chave: Movimento social, Saberes, Cidadania.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir as dimensões macrossociais da luta do MST e contextualizá-las na conjuntura atual brasileira, bem como refletir sobre as suas dimensões cotidianas que são visualizadas na elaboração das formas alternativas de produção agrícola por parte dos assentados e na prática dos projetos de educação. Uma das preocupações refere-se às relações de poder que são construídas no cotidiano da luta, entre os próprios Sem Terra, bem como as relações de poder e de oposição estabelecidas entre o ator MST e o Estado.

Estaremos constantemente nos referindo aos assentamentos rurais oriundos da luta do MST, que são os espaços definitivos destinados às famílias sem-terra, onde desenvolverão tanto a produção agrícola quanto o seu “novo” modo de vida. Quando falarmos em acampamento de sem-terra, estaremos nos referindo a uma das formas de luta do MST para reivindicar e agilizar os processos de desapropriação de terra. Portanto, o acampamento é uma das formas de luta e um dos momentos que, geralmente, precede a conquista do assentamento rural.

No Brasil, conforme FERNANDES (2000), em 1999, existiam 3.958 assentamentos rurais, formando um total de 475.801 famílias assentadas, num total de 22.996.197 ha. Conforme o mesmo autor, 45.42% dos assentamentos rurais estão localizados na região nordeste do país.

Este texto está dividido em três partes centrais: uma primeira onde apresentamos algumas concepções teóricas, sobre movimentos sociais, que orientaram o nosso olhar ao MST. Uma segunda parte onde discutimos características gerais do MST e, por fim, a terceira parte onde tecemos uma reflexão sobre as experiências e saberes produzidos pelo MST, lembrando que as mesmas contribuem na efetivação da cidadania em seu sentido ativo, como definido por BENEVIDES (1991).

I - Os movimentos sociais: concepções teóricas.

Os movimentos sociais são reconhecidos pela população, em geral, como um grupo de pessoas que organiza passeatas, abaixo-assinados, acampamentos em prédios públicos entre outras manifestações, objetivando o atendimento de necessidades específicas. Algumas vezes são caracterizados, por membros da sociedade, como movimentos perturbadores da ordem social. Outras vezes são destacados como movimentos que reivindicam a

* UEPG - Brasil.

real cidadania da população, através da utilização de diversas bandeiras de luta. Ao longo da história temos um conjunto de movimentos e lutas sociais que vão desde os movimentos operários; camponeses até os "novos"² movimentos sociais. GOHN (1995) realizou um mapeamento dos movimentos e lutas sociais no Brasil, nos dois últimos séculos, enfocando principalmente, as lutas empreendidas pelas camadas populares.

A autora faz uma reflexão sobre a construção da cidadania a partir dos movimentos mapeados nos dois séculos. Afirma que *"a luta pela cidadania no período colonial teve sua expressão maior na luta pela independência política da nação (...) na fase imperial o campo da cidadania se ampliou..."*, destacando outras lutas, tais como: lutas pelo trabalho livre e desenvolvimento de conteúdos regionais às lutas nativistas. A autora destaca que *"o direito ao trabalho continuou a ser uma luta central, assim como idéias difusas sobre o igualitarismo, presentes por exemplo na Revolução Praieira, em que se teve uma mistura de ideais liberais com ideais socialistas, particularmente dos utopistas"*.

A partir da segunda metade dos séculos XIX, conforme GOHN, com o movimento abolicionista, consolida-se a negação da ordem escravocrata no país.

A cidadania construída com o advento da República trouxe fatos novos. Apesar de se ter instaurado uma nova ordem, as raízes oligárquicas e elitistas predominantes, que vieram a dar origem à política dos governadores, restringiram o perfil dos sujeitos a ter o direito à cidadania política. Assim, em 1891, o campo da cidadania ativa foi limitado pela decisão da comissão Constitucional, de excluir as mulheres, os mendigos, os soldados e os religiosos, além de vedar o voto também aos analfabetos, que constituíam a maioria da população brasileira. (GOHN, 1995:199)

A autora salienta que a partir do século XX novas demandas são introduzidas, dentre elas, eleições "limpas", voto das mulheres e outras categorias, direitos sociais dos trabalhadores, entre outras. Os cidadãos passam a ser reconhecidos pelo lugar que ocupam no processo de produção. Os anos 70 e 80 presenciaram novas bandeiras de lutas, representando mudanças na cultura política. Por exemplo, as lutas por escola e creches não se reduzem à preocupação com a construção de prédios, mas com a qualidade do trabalho oferecido, portanto com a dimensão pedagógica, propriamente dita. Os anos 90 são permeados pelas lutas contra a violência, contra a degradação do meio ambiente, contra a corrupção dos políticos, entre outras.

Neste final de século presenciaremos os movimentos contra o desemprego em massa. Destacando as contribuições de CASTEL (1998) de que a exclusão é muito mais que a marginalidade, é a perda de laços e referências sociais. As recentes manifestações realizadas na região do ABC paulista demonstra que a exclusão do processo produtivo tem afetado as várias dimensões da vida familiar, valendo lembrar a manifestação em que crianças, mulheres e homens reivindicavam o retorno ao trabalho numa indústria automobilística. Os excluídos do final do século deixam de ser aqueles com situação econômica precária e passam a ser os jovens e crianças, que provavelmente não terão uma inserção num processo produtivo, tal qual historicamente construído.

No que se refere à concepção de movimento social, GOHN (1997b:245-252) afirma que há necessidade de estabelecer algumas diferenças quando se pretende definir movimentos sociais, a saber: diferenças entre movimento e grupo de interesses; uso ampliado da expressão; modos de ação coletiva e movimento social, e por fim, a esfera onde ocorre a ação.

Uma primeira conceituação estabelecida por GOHN (1997b:247) indica que *"... movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer (...) e um pensar (...) Trata-se de uma práxis portanto"*. A autora afirma que *"Movimentos sociais são ações sócio políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil ..."* (1997b:251-252).

SCHERER-WARREN (1987:20) define movimentos sociais como: *"... uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)"*.

TOURAINÉ (1996:85) discutindo movimentos sociais e democracia afirma que *"... só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por*

² SCHERER-WARREN produziu um texto intitulado "O caráter dos novos movimentos sociais" que foi publicado na obra "Uma revolução no cotidiano?", organizada por SCHERER-WARREN E KRISCHKE (1987), onde afirma que o fator cultural é que dá o caráter ao que se denomina "novo" nos movimentos sociais.

consequente, não reduz a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo que organiza e desenvolve conflitos”.

TOURAINÉ (1998) destaca três tipos reais de ação coletiva, a saber:

O primeiro tipo de ação coletiva é a busca coletiva de benefícios pessoais (...) outro tipo de ação coletiva é o tipo que objetiva a mudança não somente da relação entre contribuições e recompensas, e em particular, entre trabalho e salário, mas o modo de tomar decisões (...) o terceiro tipo de ação coletiva, a qual nossa tradição política e intelectual, ao menos na Europa, tem reservado o título de movimento social, é a que combina a defesa de interesses, que é a única forma de ação coletiva presente no primeiro tipo, com a designação de um antagonista – introduzida no segundo tipo de ação coletiva – e sobretudo com o apelo da defesa dos principais recursos culturais e orientações da sociedade, os quais dão uma dimensão societal para uma ação que permanece específica” (Touraine, traduzido por Kauchakje, 1998).

O autor afirma que *“não há movimento social sem defesa de interesse material, mas esta defesa, invariavelmente, envolve ir além de interesses específicos, é o fortalecimento da questão social, que define o movimento social (...) movimento social não existe no vácuo; ele é um par de contrários”.*

Tomando como base alguns elementos das concepções acima, destacaremos questões que poderão contribuir para nossa reflexão sobre o MST. Uma primeira questão refere-se aos atores sociais coletivos, articulados num determinado cenário econômico, político e social, ou seja, como o MST, enquanto sujeito coletivo, organiza-se e como dá continuidade à luta. Uma segunda questão diz respeito à práxis, projeto e ideologia do Movimento, enfim, buscamos saber quais são os princípios norteadores da organização do referido Movimento. Ou, ainda, se o Movimento possui um cunho revolucionário e como este se manifesta entre os componentes do mesmo. Ou, também, como é que estas questões podem influenciar na organização da produção nos assentamentos rurais.

GOHN (1998) destaca questões que contribuem para a formulação de um paradigma dos movimentos latino-americanos, dentre eles: a diversidade de movimentos sociais; a hegemonia dos movimentos populares; os novos movimentos sociais; a mediação da Igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação, com os movimentos populares; a questão indígena como fonte de conflitos e movimentos sociais; a questão do preconceito racial contra os afro-americanos; a relação dos movimentos sociais com o Estado variando em função dos objetivos estratégicos e das articulações do primeiro; a questão da ideologia enquanto elemento fundante da idéia de movimento social na América Latina; o importante papel dos partidos políticos; a questão agrária tem sido palco de violentos conflitos; a *“heterogeneidade de movimentos sociais comporta várias expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo protestos políticos diferenciados”*; a questão da rede de articulação internacional dos movimentos nos anos 90; a influência das Ongs internacionais, introduzindo a idéia de movimento-organização.

Portanto, os movimentos sociais brasileiros devem ser analisados no contexto de tais especificidades. Utilizaremos, na reflexão sobre o MST, o esquema metodológico proposto por GOHN, a saber: evidenciar a origem do movimento social, as fases, a composição social, as práticas, o projeto, os opositores, as conquistas e as derrotas.³ Ao longo de nosso texto, a preocupação central refere-se ao MST, um movimento de cunho popular, que cria e recria alternativas de luta e resistência no processo de conquista da terra, da Reforma Agrária e da luta contra a exclusão social.

II- O MST no contexto nacional anos 90

O MST tem sido tema de estudo de vários pesquisadores⁴, englobando discussões específicas sobre características e atuações do movimento e questões relacionadas à educação; produção agrícola; saúde e violência - que emergem tanto no acampamento (forma de luta) quanto no assentamento (reconstrução de um modo de vida).

³ Para maiores informações vide GOHN (1993) texto em que discute questões metodológicas na análise de movimentos sociais e (1997 b) obra em que discute teorias sobre movimentos sociais, ver em específico o capítulo 8, em que apresenta uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina.

⁴ Dentre eles destacam-se aqueles que estudam o MST, propriamente dito, e os que estudam assentamentos organizados pelo MST. Alguns pesquisadores podem ser citados: Sobre o MST: FERNANDES(1996); CALDART (1987, 1995, 1997); STÉDILE (1991, 1993, 1994 e 1997); NAVARRO (1995, 1997) entre outros. Sobre assentamentos rurais organizados pelo MST, podemos destacar alguns: BERGAMASCO, Sônia M.P.P.; FERRANTE, V.L.B.; D'AQUINO, T.; POKER, G.; ZIMMERMANN, N.; TORRENS, J. C.; ANDRADE, M. R. O.; TARELHO, L. C.; SOUZA, M. A.; ESTERCI, N.; D'INCAO, M. C.; KLEBA, J. B.; PAULILO, M. I.; LEITE, S.; POLI, O.L. entre outros.

Para iniciar nossa discussão, vale lembrar a concepção de TOURAINE (1997) sobre o MST: "... *Esse movimento indica a vontade de uma grande parte do país, que é um problema importante: é menos a desigualdade social (pobreza, falta de terras) do que a ausência de um processo político democrático para tratar dessas questões, e ainda o problema da violência (...). O MST eu o vejo (...) como um movimento que é antes de mais nada, um apelo a uma democracia realmente social...*".

O autor TOURAINE (1996, p. 26) afirma que "*o que define a democracia não é portanto, somente um conjunto de garantias institucionais ou o reino da maioria, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social (...) a democracia não se apoia somente nas leis, mas sobretudo em uma cultura política*".

Na década de 90, um dos principais movimentos de oposição às propostas governamentais tem sido o MST. Ainda que sua bandeira de luta seja a Reforma Agrária, constatamos que o MST tem forte atuação na (re)elaboração de valores que começaremos a exemplificar a partir da própria questão da terra: nos primórdios da atuação do MST (final de 1978, ainda que não com tal sigla) grande parte da população sentia-se apavorada com as "invasões", manifestações e acampamentos – a propriedade da terra parecia ser inquestionável, ainda que vários movimentos já tivessem sido organizados, tais como Revolta do Sudoeste, Contestado, no estado do Paraná. Neste final de anos 90, praticamente após 15 anos de atuação do MST, verificamos que em qualquer parte do Brasil, da cidade, do campo, conhece-se o MST – ainda que algumas pessoas sintam-se receosas em falar sobre o Movimento, concordam que é preciso haver mais justiça no país – são pessoas que, muitas vezes, vivenciam o processo de exclusão social.

O MST, oriundo das práticas comunitárias, localizadas, porém com focos em cada canto do país, aparece no cenário dos anos 90 como o Movimento que consegue congrega o maior número de pessoas, como o organizador de ações que suscitam a tomada de decisão por parte de governantes e ministros, de uma forma rápida. As figuras centrais do Movimento, diante da mídia, têm sido Stédile, Rainha, Diolinda e Gilmar Mauro. Tais pessoas tornaram-se conhecidas de praticamente todo o povo brasileiro. A bandeira vermelha, simbolizando o trabalhador e a trabalhadora brasileiros, tornou-se conhecida e reconhecida em todas as manifestações populares existentes no país. Conforme o Calendário Histórico do MST(1998), os desenhos e as cores da bandeira possuem os seguintes significados:

O mapa do Brasil: representa que o MST é uma organização em nível nacional e quer levar a luta pela Reforma Agrária para todo o país; o homem e a mulher: o casal representa a necessidade de luta a ser feita por homens, mulheres e família inteira; o facão: representa as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência; a cor branca: representa paz, pela qual lutamos, e que somente poderá ser conquistada quando houver justiça social para todos; a cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; a cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores que já tombaram, lutando pela nova sociedade; a cor verde: representa os grandes latifúndios que temos por ocupar e fazer produzir. E a esperança de que a nossa luta seja vitoriosa a cada latifúndio conquistado. (p.20)

Entre os referenciais político-ideológicos encontram-se: Che Guevara – representado e lembrado em vários documentos do Movimento, cartazes, camisetas e bonés -; Mao Tsé Tung, Fidel Castro, Lênin e Marx. São figuras conhecidas de, praticamente, todos os militantes e lideranças do Movimento e que representam o ideal de transformação da sociedade.

Assim, o MST desenvolve um conjunto de práticas que vão desde as formações políticas, às reuniões de base, até as grandes caminhadas e marchas pelo Brasil – como ocorrido neste ano de 1998, quando os dirigentes do Movimento organizaram marchas pelo país, com objetivo de discutir um Projeto Popular para o Brasil.

O Movimento caracteriza-se pela organização e formação de quadros - processo de produzir e reproduzir lideranças⁵, coordenadores -; resgate de culturas populares - através da mística, desenvolvida em todas as reuniões, encontros, assembléias, congressos, cursos, caminhadas -; atuação nos assentamentos, tentando organizar formas da cooperação agrícola. Atuação no âmbito educacional, organizando escola para formação de professores, técnicos agrícolas, cursos para jovens e adultos.

Um dos desafios, para a organização do MST, que temos constatado refere-se à concepção política-autoritária que perpassa o relacionamento entre os dirigentes, lideranças e base do Movimento. De um lado, temos os

⁵ Lembro-me do estudo de mestrado (Souza, 1994), onde trabalhei com depoimentos de lideranças, atuantes no Pontal do Paranapanema, na época eram 15. Atualmente, existem novas lideranças, apenas o Rainha, continua a ser o representante nacional, ainda no local. Assim, nota-se a rapidez com que o movimento renova seus quadros, no cotidiano das reuniões, comissões, etc.

organizadores das propostas educacionais e para cooperação agrícola, com formação e experiências que extrapolam o âmbito nacional. De outro lado, temos a "massa", para utilizar a terminologia adotada pelos dirigentes, que pouco conhece o local onde vive, entretanto possui experiências e saberes que poderiam constituir ponto de partida para uma atuação realmente democrática e facilitadora no processo de emancipação cultural-político e social. Entre ambos os lados, temos as lideranças locais e regionais, que com muita dificuldade, tentam repassar as propostas elaboradas em âmbito estadual ou nacional. Tais lideranças vivem um duplo conflito: organizar a massa e repassar as informações obtidas nos cursos de formação.

O MST representa o novo, em termos de organização, capacidade de (re)elaborar valores, (re)organizar uma simbologia em torno da questão da terra e da exclusão social. A linguagem utilizada pelo MST reforça valores ligados a terra – vide os temas das romarias da terra, por exemplo a 11ª Romaria, 12ª e 13ª, no estado do Paraná: "*Nos campos do senhor, gritam por direito e por valor*"; "*Libertar a terra, promover a vida*"; "*Terra libertada, fruto partilhado*". De um lado, a idéia de conquista e de reconhecimento enquanto cidadão; de outro, a terra como meio de sobrevivência, alimento e socialização. As místicas desenvolvidas pelos sem-terra e assentados, em suas reuniões, reforçam a idéia de luta, conquista, coletivo, sociabilidade, participação, união, cidadania, trabalho e refutam as idéias de escravidão, fome, analfabetismo, doença, discriminação entre outros. São momentos de motivação e reflexão para as pessoas que estão na luta e emoção por parte daqueles que presenciam tais representações.

A linguagem e a simbologia (re)elaborada pelo MST expressam-se nas músicas cantadas nos vários eventos organizados pelos sem-terra e assentados. O hino do MST reforça a idéia de luta, de participação e de conquista – "*Vem teçamos a nossa liberdade, braços fortes que rasgam o chão, sob a sobra de nossa valentia, desfaldemos a nossa rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos*". Outra música que representa a luta de classes e a necessidade da união: "*Sabemos que o capitalista diz não ser preciso ter Reforma Agrária, seu projeto traz miséria, milhões de sem terra jogados na estrada, com medo de ir pra cidade, enfrentar favela, fome e desemprego, saída nessa situação é segurar a mão de outros companheiros...*"⁶. São músicas que retratam a mulher, a educação, os trabalhadores, a luta, a solidariedade ... várias dimensões do cotidiano dos trabalhadores brasileiros, principalmente, relacionados ao espaço "rural" e ao mesmo tempo, caracterizam-se como formas de luta e denúncia de uma situação.

Outro ponto a destacar refere-se às normas e organização do grupo, o que caracteriza, de certa forma, a espacialização do MST pelo Brasil. As normas são construídas pelos coletivos de trabalhadores ao longo dos espaços de acampamento, assentamento, caminhadas, encontros, etc. Todos os momentos têm regras rígidas, horários a cumprir, tarefas definidas coletivamente, comissões que se responsabilizam pela alimentação, limpeza, mística, homenagem a assessores, entre outros. Esta é uma prática construída no cotidiano do Movimento, onde as pessoas habituaram-se à organização. É comum, no início de cada evento, os participantes e organizadores solicitarem um espaço para organização dos grupos e respectivas tarefas.

Enfim, no contexto nacional, o MST tem-se caracterizado pelos momentos de pressão e repressão. Surge num contexto de expropriação e exclusão de trabalhadores do campo, num momento de abertura política e torna-se elemento fundamental numa conjuntura de exclusão social generalizada – concretizada nos altos índices de desemprego. Composto inicialmente por trabalhadores rurais – arrendatários, filhos de pequenos proprietários, bóias-frias –, comporta ao longo de sua trajetória, neste final de século, trabalhadores desempregados do espaço urbano⁷. O MST torna-se uma saída para algumas pessoas que têm vivenciado a experiência do desemprego.

No Brasil, os movimentos sociais de luta pela terra se desenvolveram com maior intensidade a partir do final dos anos 40, quando os conflitos sobre a questão agrária se ampliaram.⁸ Isso não significa que anteriormente não existiram movimentos no campo⁹. A partir da década de 50, muitos trabalhadores rurais migraram para as cidades, em busca de melhores condições de vida. O grande número de pessoas que saiu do campo em direção às médias

⁶ Música de Zé Pinto, "Assim já ninguém chora mais".

⁷ Nosso comentário é baseado em observações empíricas, onde constatamos que os assentamentos, no caso específico do Paraná, têm congregado pessoas oriundas da cidade, desempregadas, no momento.

⁸ MEDEIROS (1989) escreve sobre a "História dos Movimentos Sociais no Campo". Delimita como período inicial de sua pesquisa o ano de 1945, caminhando com a discussão até o final da década de 80. Mostra que os movimentos sociais começam emergir na cena política a partir de 1945, ampliando as lutas locais para lutas mais abrangentes. Nos anos 50 as ligas camponesas fazem emergir a luta dos trabalhadores rurais na sociedade. A referida autora apresenta números dos conflitos no campo, envolvendo as várias categorias de trabalhadores rurais, nos períodos de 1949 até os anos 80.

⁹ Citaremos alguns dos conflitos existentes, antes do MST, no estado do Paraná, em tópicos adiantes.

e grandes cidades contribuiu para o inchaço das mesmas; para o aumento da mão-de-obra ociosa e, conseqüentemente, salários menores. De um lado, o setor industrial urbano exercendo a atração da população; de outro, a concentração da propriedade no campo, expulsando posseiros, arrendatários e pequenos proprietários.

A situação se agravou com a chamada "modernização agrícola"¹⁰, onde milhares de trabalhadores foram substituídos por maquinários e por culturas que não dispndiam grande número de trabalhadores.

A década de 70 foi o auge da realização dos projetos de construção de usinas hidrelétricas. Estas iriam ocupar mão-de-obra por pouco tempo e desapropriar milhares de trabalhadores que moravam nas áreas a serem ocupadas pelos lagos artificiais. Este é o caso do Estado do Paraná, quando da construção do lago de Itaipu, onde houve a expulsão de milhares de trabalhadores rurais em direção a municípios com clima e atividades de produção diferenciadas daquelas vivenciadas no local de origem.

Diante destes acontecimentos, os anos 80 e 90 foram permeados pela atuação do MST, visualizada através das ocupações de terra, das grandes passeatas por vários estados do país, assim como pela violência desencadeada nos momentos de confronto com os policiais e com os proprietários de terra. Também, os anos 80 e, principalmente, os anos 90 foram decisivos na ampliação do número de assentamentos rurais no país. A ação de ocupação de terra, por parte do MST, desencadeou a ação governamental no sentido da desapropriação de terras. Concomitante a isto, o MST organizou formas de manifestações, reivindicações e elaboração de propostas que pudessem contribuir para a viabilização social e econômica dos assentamentos rurais, tanto no que se refere à produção agrícola, quanto à escolarização, dois temas que nos interessam diretamente.

O MST tem sido o ator central na reivindicação pela reforma agrária no país. Quando trata-se do tema reforma agrária, há que se destacar que o referido Movimento tem manifestado a preocupação com a viabilização sócio-econômica dos assentamentos rurais, tendo em vista que o Brasil carece de políticas agrícolas voltadas para a pequena produção. Assim, é constante a ação do MST na reivindicação por verbas e projetos vinculados à produção agrícola, bem como projetos vinculados à saúde, educação entre outros. Estamos num cenário político em que o Estado tem se distanciado das suas responsabilidades em relação aos direitos sociais, principalmente, através das ações de redução de verbas para os projetos sociais. Portanto, tem sido a pressão do MST a impulsionadora das respostas do Estado, no sentido da desapropriação de áreas, para fins de assentamentos rurais. A prova disto é, como mostra FERNANDES (2000), o aumento do número de assentamentos rurais nos anos 80 e 90, quando o MST ampliou as ocupações de terras. Por exemplo, entre 1979 a 1984 havia 115 assentamentos no país; no período de 1985 - 1989 havia 615 assentamentos; entre 1990 e 1994 havia mais 478 assentamentos; por fim, entre 1995 a 1999 foram organizados 2.750 assentamentos, totalizando 3.958 assentamentos rurais no Brasil, até 1999, conforme exposto por FERNANDES (2000).

III - Saberes sociais e práxis.... o mundo da vida no contexto do MST.

Entendemos que a práxis do MST é constituída de experiências práticas e de conhecimentos gerais, que culminam num conjunto de saberes sociais, que poderíamos inferir serem diferenciados conforme a atuação e o papel desempenhado pelo sujeito do Movimento.

THOMPSON (1981:189) discute o conceito de experiência, afirmando que:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento, de seus procedimentos, ou (...) como instinto proletário etc. Elas também **experimentam sua experiência como sentimento** e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (...) na arte ou nas convicções religiosas. (grifo nosso)

Com relação aos valores, o autor afirma que os mesmos:

Não são pensados, nem chamados; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (...) no hábitus de viver; e **aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata.** Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (1981:194). (grifo nosso)

¹⁰ Com a "modernização agrícola" há ênfase na utilização de agrotóxicos, vários tipos de fertilizantes; maquinários vêm contribuir com a saída do homem do campo; os insumos agrícolas encarecidos; solos desgastados; fatores climáticos afetando a produção e os baixos preços dos produtos, fazem pequenos proprietários se endividarem e entregarem as terras aos bancos. O custo da produção sendo encarecido, o pequeno proprietário tem dificuldades em manter a família completa vivendo na propriedade. Há necessidade da saída dos filhos em busca de emprego; desagregação da estrutura familiar, terra e trabalho. Para maiores detalhes sobre a modernização agrícola, vide obras de GRAZIANO DA SILVA (1982); KAGEYAMA (1983 e 1987) e MARTINE (1987).

As idéias de THOMPSON contribuem para a nossa reflexão de que a experiência não é meramente uma atividade concreta do cotidiano, mas sim um conjunto de conhecimentos que pressupõem relações sociais e sentimentos, que operam no âmbito do mundo da vida e que são essenciais na (re)elaboração de estratégias para a sobrevivência na terra.

HABERMAS (1989:167) afirma que *"o mundo da vida constitui, pois, o contexto da situação de ação; ao mesmo tempo ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação da ação"*. Neste sentido, poderíamos pensar a experiência dos assentados a partir da noção de mundo da vida, que pressupõe a ação comunicativa entre os sujeitos da ação, ou seja, a busca de elementos para a interpretação da situação vivida e entendimento sobre quais as propostas e objetivos do grupo, para com uma determinada ação. Também, poderíamos questionar até que ponto as estratégias de organização da produção têm sido pensadas em termos econômicos, principalmente, as Cooperativas Coletivas de Produção, cujo objetivo é tornar-se uma empresa competitiva.

Se tomarmos como fundamento que a ação comunicativa é fundamental no processo de socialização política e no desenvolvimento das formas de produção, teremos que nos referir ao mundo da vida, que conforme ARAGÃO, constitui o pano de fundo da ação comunicativa.

As características do mundo da vida, conforme ARAGÃO (1997), são:

Os elementos do mundo da vida, com os quais somos ingenuamente familiares, não têm o status de fatos, normas ou experiência a respeito dos quais os falantes e ouvintes poderiam chegar a um entendimento; o mundo da vida forma o contexto indireto do que é dito, discutido e endereçado numa situação (...) o mundo da vida é anterior a qualquer desacordo, é comum a todos e não pode se tornar controverso da mesma forma que o conhecimento partilhado intersubjetivamente pode (...) o mundo da vida forma o cenário em que os horizontes situacionais mudam, expandem-se ou se contraem.

Habermas apud ARAGÃO (1997:45-46) afirma que:

O mundo da vida é o intuitivamente presente, nesse sentido familiar e transparente, e ao mesmo tempo, vasto e incalculável teia de pressuposições que têm que ser satisfeitas se uma asserção atua vai ter qualquer sentido, isto é, válido ou inválido (...) o mundo da vida é, por assim dizer, o lugar transcendental onde se encontram falantes e ouvintes, onde podem erguer reciprocamente pretensões de que suas asserções se adequam ao mundo (objetivo, social ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar essas pretensões de validade, acertar seus desacordos e chegar a acordos.

Habermas apud BOUFLEUER (1997:24) destaca o saber comum, considerado como aquele *"... saber que funda acordo, sendo que tal acordo constitui o resultado de um reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade susceptíveis de crítica. Acordo significa que os participantes aceitam um saber como válido, quer dizer, como intersubjetivamente vinculante"*.

Ao contrário, no agir estratégico *"... o ator não vê no companheiro da interação um sujeito com o qual é possível estabelecer um acordo intersubjetivo (...) sua opção será agir sobre ele, de induzi-lo a aceitar uma convicção como válida (...) o que importa é a busca do êxito"*.(p.24).

Os modelos de racionalidade que permeiam cada tipo de ação são: racionalidade comunicativa (normas que se orientam para a construção da vida intersubjetiva) e racionalidade estratégica (fundamentada num saber empírico que aponta para as condições necessárias a uma intervenção eficiente do ponto de vista causal, no mundo do estado de coisas existentes).

Conforme BOUFLEUER, a racionalidade de uma fala ou de uma ação, numa primeira impressão, pode estar na dependência da *"confiabilidade do tipo de saber que a fala expressa ou que a ação encarna"*. Habermas apud Boufleuer (1997:26) afirma que *"a racionalidade diz respeito nem tanto ao saber em si ou à sua aquisição, e sim à forma como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso desse saber"*.

Os autores Cohen e Arato num artigo publicado em AVRITZER (1994) cuja preocupação refere-se ao conceito de sociedade civil e à questão da ampliação da democracia em sociedades democráticas, utilizam o conceito de mundo da vida, afirmando que:

Por um lado, o mundo da vida se refere a um **reservatório de tradições** implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e utilizados pelos indivíduos na sua vida cotidiana. Por outro lado, o mundo da vida, contém três componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. Na medida em que atores se entendem mutuamente e concordam sobre a sua condição, eles partilham uma tradição cultural. **Na medida em que eles coordenam suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário.** Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo internalizam orientações

valorativas, adquirem competência para agirem e desenvolverem identidades individuais e sociais. A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e de socialização. (grifo nosso)

Portanto, o mundo da vida caracterizado como um reservatório de tradições e de caráter não problemático, torna-se o espaço das inovações e (re)elaborações de saberes, quando é desenvolvida a ação comunicativa entre os participantes de uma comunidade ou, no caso, um movimento social.

MARTINS (1992) enfatiza as inovações culturais e os saberes de emergência, nas áreas de luta, afirmando que as roças comunitárias, por exemplo, constituem-se numa inovação cultural que tem o significado de resistência no processo de luta. Afirma que o saber de emergência tem duração conjuntural e provisória, mas que significa constante recriação e reinvenção cultural. Assim, o autor nos fornece os elementos "inovações culturais" e "saberes de emergência" para pensar a práxis dos assentados, que muitas vezes são denominados de artesanais e tradicionais, uma representação que possui o significado de velho e arcaico. No entanto, é a análise das práticas e das representações que os assentados possuem sobre o modo de produção no assentamento, que nos permitirá entender como é que os mesmos criam e recriam as alternativas de produção, tanto nas áreas individuais, quanto nas coletivas.

GRZYBOWSKI (1984:50) utiliza a categoria saber social para referir-se a um *"conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta dos seus interesses"*. DAMASCENO (1992) preocupada em discutir a construção do saber social do camponês¹¹, a partir da análise de sua prática produtiva e política, destaca três dimensões do que denomina de saber social. A primeira dimensão refere-se ao saber que é *"produzido coletivamente no processo de trabalho, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política, sendo então apropriados pelos camponeses"* (p.38). A segunda dimensão é denominada de *"saber hierarquizado pela prática social do grupo (...) um saber dinâmico, vivo, que modifica-se em decorrência das mudanças históricas que ocorrem na agricultura e nas lutas sociais que têm lugar no campo"* (p.38). A terceira dimensão, refere-se à força do saber social, que *"reside em ser instrumento da prática social, permitindo ao grupo inserir-se em determinadas relações econômicas, políticas e culturais"* (p.38).

Portanto, DAMASCENO nos aponta alguns elementos para pensar o saber do sem-terra, ou seja, questionar em função de quais saberes eles organizam as formas de produção. Serão saberes construídos coletivamente, ao longo do processo de luta? Serão saberes estratégicos, construídos em determinados contextos conjunturais? Ou ainda, serão saberes técnicos apreendidos em cursos de formação?

GRZYBOWSKI (1991:60) afirma que *"através dos movimentos, os trabalhadores rurais rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer as formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também, no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, suas organizações"*.

Os aprendizados destacados por GRZYBOWSKI ocorrem no cenário da práxis coletiva (acampamentos, manifestações, assembléias, confrontos, etc) e resultam em dimensões individuais de aprendizagem. Como destaca

¹¹ DAMASCENO(1990) define classe camponesa e a categoria camponês a partir das seguintes características: "possuir como atividade básica a pequena produção familiar do tipo camponês, onde o agricultor detém a posse ainda que parcial e nominal dos meios de produção (...) os mesmos não formam um grupo totalmente homogêneo". Define subgrupos de camponeses, a saber: camponês pobre (não possui terra suficiente para o sustento da família); semi-proprietários (posseiros) e pequenos proprietários. QUEIROZ (1976) destaca algumas características para definir camponês, dentre elas: trabalho familiar e cultivo de pequenas áreas; diversificação de culturas conforme as necessidades; família representa detenção de posse, consumo e trabalho; questão da subordinação em relação ao espaço urbano, relação com o mercado - comercialização de excedentes e aquisição de bens não produzidos na unidade. Outros autores apresentam discussões sobre o termo camponês, dentre eles destacamos SHANIN (1990); POLI (1995) em específico o capítulo 2 de sua dissertação de mestrado, onde resgata os autores que contribuem para a conceituação de camponês; WOORTMANN (1995) especialmente o capítulo 1, em que discute teorias sobre o campesinato. Diante das características apresentadas pelos autores, na conceituação de camponês e campesinato, não podemos afirmar que todos os "sem-terra" são camponeses. No caso específico do Paraná, a grande maioria dos beneficiários da Reforma Agrária é filho de pequeno proprietário, mas sofreram o processo de expropriação/expulsão capitalistas, tornando-se arrendatários, assalariados e trabalhadores em esquema de porcentagem, ou seja, ao longo de sua trajetória deixaram de possuir a terra; em alguns casos, os meios de produção; a família deixa de ser o centro de decisões sobre o que e como produzir, entre outros. Não são caracterizados como "camponeses" no sentido tradicional da palavra, seriam "novos pequenos proprietários", termo utilizado por D'INCAO (1991), inseridos em relações de trabalhos coletivas e empresariais; familiares de produção; associativas; cooperativas e com uma trajetória específica de luta, ou seja, a participação num movimento social organizado nacionalmente. Poderíamos dizer que existe uma parcela de assentados que apresentam características que são atribuídas aos camponeses, no entanto, existe uma outra parcela que está inserida em relações empresariais de produção, tais como os coletivos e CPAs do MST. Estão inseridos numa "sociedade global" e num movimento também interligado mundialmente, através das Ongs, internet, meios de comunicação, em geral.

o próprio autor, "todos estes aspectos são muito enfatizados pelos trabalhadores rurais de diferentes movimentos quando falam de sua história de vida e de sua participação"(p.60).

GRZYBOWSKI, destaca a formação do saber social resultante da prática de luta e da cultura do grupo, quando afirma que "a continuação da prática e o acúmulo de experiência permitem um salto na consciência, na socialização política".

No contexto do MST podemos distinguir três tipos de práxis oriundos de saberes diferenciados entre os sem terra: a práxis da liderança, resultado de longos cursos de formação, a vivência em espaços de agir comunicativo, onde são estabelecidos consensos sobre objetivos, atuação, produção de materiais divulgadores das propostas do MST. A práxis do assentado não liderança, resultado de suas experiências no cotidiano - saber empírico, intuitivo - com objetivos relacionados à família em primeiro lugar. A práxis presente no movimento social, resultado das experiências dos dirigentes, dos resultados obtidos com as atitudes estratégicas e da relação com a base do movimento, manifestada nos grandes atos, caminhadas, ocupações, entre outros.

GAIGER (1994) referindo-se à diversidade cultural do campesinato, utiliza o conceito de ethos para se referir a uma "... *sabedoria implícita, ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais operacionais, adquiridos ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado*" (p. 179 - 180).

O referido autor comenta três modelos de ethos que demonstram a heterogeneidade do sem-terra pertencente ao MST, a saber: o ethos parcelar; o ethos militante e o ethos do trabalhador rural, que se distinguem pelo maior ou menor envolvimento do sujeito no movimento social. Quanto maior a vivência em setores do MST, como membros eleitos, maior a ênfase no trabalho coletivo ou associativo (característico ethos militante e do trabalhador).

Adotamos a concepção de práxis utilizada por HURTADO (1993:45) como "uma concepção que integra em uma unidade dinâmica e dialética a prática social e sua pertinente análise e compreensão teórica, a relação entre a prática, a ação, luta transformadora e a teoria que orienta e ajuda a conduzir a ação". E, KOSIK (1976:220) quando afirma que "o homem supera (transcende) originalmente a situação não com a sua consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis (...) com o seu agir o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo".

Tomando como referência as categorias práxis e saberes sociais, poderíamos refletir sobre a construção de uma nova cultura política, a partir da atuação do MST, que propicia ao indivíduo o sentimento de pertencer à sociedade, na forma de participação em todas as pressões/manifestações exercidas pelo movimento social; mas principalmente, em termos dos valores e atitudes cotidianas, que são recriadas a partir da inserção nos coletivos da organização. Um conjunto de conhecimentos que se constrói no processo de interação vivido na luta e, que se manifesta em novas formas de atuação, de pensamento, de participação na sociedade e de re-organização do cotidiano.

Enfim, o mundo da vida seria o cenário onde acontecem as relações interativas entre os sem-terra; as negociações políticas; o desenvolvimento das formas de luta; os sentimentos com relação à derrota ou à conquista de um determinado objetivo. Porém, é no mundo da vida, através da ação comunicativa - espaço das conversas e aprimoramento das opiniões - que as pessoas constroem conhecimentos que possibilitam um olhar crítico sobre a realidade vivida e, através do espaço interativo construirão diferentes práxis, ora mais voltadas para idéias coletivas, ora resgatando costumes e tradições, no interior da comunidade. Portanto, é no âmbito do mundo da vida, enquanto espaço de experiências, de construção de conhecimentos que as decisões sobre a organização da produção ganham formas diferentes e objetivos distintos, tais como a dimensão do econômico-político, enquanto estratégia do MST, para a continuidade da luta, ou a dimensão sócio-econômica, em termos das conquistas e desejos da família assentada. É no âmbito do mundo da vida que novos conhecimentos, práticas, símbolos e palavras de ordem são construídos e consolidados, resgatando tanto a dimensão cultural dos sujeitos da luta, quanto a dimensão ideológica da luta do Movimento.

Assim, no contexto do mundo da vida, a **resistência** enquanto sobrevivência e enquanto fato histórico se consolida. Por exemplo, os acampamentos de sem-terra que denunciam uma necessidade imediata e constroem história, evidenciando as desigualdades sociais e a concentração fundiária, para citar alguns elementos. FERNANDES (1996:238) afirma que o "acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o estado e com os latifundiários".

A resistência se manifesta enquanto atitude de contestação de uma situação; reivindicação de condições objetivas de vida, sejam materiais ou direitos relativos à cidadania e, recriação de alternativas para superar determinadas condições de vida. CHAUI (1986) destaca os processos de resistência existentes no contexto da

sociedade brasileira salientando que, ao longo de nossa história, a classe popular não esteve o tempo todo submissa à elite política e econômica, ou seja, evidencia os momentos de contestações e construção de uma cultura popular da resistência.

Ao longo de nossa pesquisa procuramos destacar tanto o processo de resistência desencadeado pelo MST, através das manifestações nacionais e estratégias de luta pela terra, quanto as resistências enquanto atitudes dos sujeitos do Movimento com relação às propostas desenvolvidas por lideranças do mesmo, como por exemplo, a resistência referente à participação nos modelos coletivos de produção. Tal resistência torna-se "inovadora" quando os assentados, a partir das desistências do sistema coletivo, recriam novas formas de organização da produção.

Participação e cidadania.... tecendo algumas considerações finais.

GOHN (1998), discutindo a participação neste final de milênio, destaca que nos anos 80, a participação consistia na ocupação de espaços públicos com objetivo de se fazer ouvir – vozes diferentes das que estavam no poder. Nos anos 90, começam a emergir mudanças na cultura política da população, advindas das experiências construídas nas associações de moradores, nos movimentos sociais. Como afirma GOHN, *"a mudança gradual e lenta da cultura política é fator resultado do exercício da cidadania, sob a forma ativa, aquela que opera via a participação dos cidadãos de forma que interfere, interage e influencia na construção dos processos democráticos em curso nas arenas políticas, segundo os princípios da equidade e da justiça, e tendo como parâmetros o reconhecimento e a vontade expressa na universalização dos direitos"*(p.13).

Entendemos por participação nos assentamentos, o envolvimento dos assentados nas atividades relacionadas à elaboração e à gestão das formas de produção. Estamos partindo do pressuposto que a maioria dos assentados vivenciaram o processo de participação na luta pela terra – experiência nos acampamentos, caminhadas, manifestações. Estamos, portanto, questionando até que ponto a experiência de participação no processo de luta pela terra influencia a participação – enquanto organização e decisão – sobre as formas de produção. Nos referimos à participação em âmbito micro, destacando a atuação das pessoas seja nos coletivos de produção seja nas formas associativas. No âmbito macro, questionamos o como os assentados vêem sua participação no contexto da sociedade e das questões agrárias/agrícolas, em específico.

A participação dos indivíduos no processo de luta política e nos espaços comunicativos do MST, propicia o aprendizado prático de como conquistar seus objetivos; a consciência de que participar em grupos, movimentos, etc. propicia o acesso a conhecimentos fundamentais para a (re)elaboração de práticas cotidianas, bem como para o redimensionamento dos costumes e das relações familiares. Ou seja, a condição de participante de um movimento social pode contribuir para a construção de uma nova cultura política, a partir do momento em que cada sujeito repensa sua prática e exercita o questionamento constante das decisões políticas, em âmbito nacional. Podemos inferir que o MST contribui para a construção desta nova cultura política. Como afirma GRZYBOWSKI (1991:60):

O resgate político da cultura popular no campo, abrindo possibilidades para a sua renovação, é um ponto a destacar no processo de socialização decorrente dos movimentos (...) é o ponto de partida para se pensar os valores, símbolos e formas de uma cultura política diferente que se consolida no campo, aqui e ali, com matrizes da gente que vive na região, certa autonomia de iniciativa e ação, a valorização de seu jeito de ser, a descrença em partidos e no Estado, e a consciência de que direitos não se ganham mas se conquistam, dão vida e forma aos movimentos sociais.

Entendemos o movimento social como um espaço de produção e reprodução de conhecimentos que contribuem para a ampliação das temáticas de luta. São conhecimentos de natureza política e ideológica. Como estamos tratando do MST, as temáticas de luta vão além da luta pelo acesso a terra, pois envolvem a luta por toda a infraestrutura necessária para a sobrevivência dos trabalhadores, na terra conquistada. Também, é importante destacar o impacto que as ações do MST produzem na sociedade brasileira, no sentido de que as pessoas passam a comentar sobre as condições de precariedade social, de desempregos etc, portanto, o MST, contribuiu, efetivamente, nos anos 90, para que as temáticas sociais fossem colocadas nas manchetes de jornais, nas frentes de lutas de partidos políticos de esquerda e, inclusive, pressionou os governos para a elaboração de parcerias que atendessem a área social, dentre elas a questão educacional.

No contexto destas relações de pressão, enfrentamentos policiais e de ampliação das desigualdades no país, o MST tem uma atuação, que como afirmou TOURAINÉ, *"... é um apelo a uma democracia realmente social"*; não é mera questão de mudança nas leis, mas acima de tudo na cultura política.

Passando do cenário macro para o micros social, ou seja, para as relações que se passam no interior do MST,

ainda que tenhamos contradições manifestas nas facetas autoritárias do referido Movimento, não podemos negar a existência de um espaço social e educativo que transforma sujeitos, muitas vezes desacreditados e passivos, em sujeitos ativos e criativos. Tais processos são visualizados nos depoimentos tanto das lideranças quanto dos assentados em geral. Ambos demonstram visões de mundo e de sociedade reconstruídas ao longo da participação no movimento social. Ainda que o movimento seja permeado pela reprodução de algumas dimensões de poder, presentes na sociedade brasileira, tais como as presentes nas relações entre lideranças e assentados, os aprendizados são multifacetados, sendo que alguns resumem-se a reprodução dos ideias e palavras de ordem do MST, outros, no entanto, são elaborados ao longo do movimento, são práticas construídas a partir das necessidades sociais e locais. Exemplos podem ser encontrados quando da análise das inúmeras formas existentes nos assentamentos rurais, quando se trata da produção agrícola.

Na pesquisa realizada nos assentamentos rurais, sobre a cooperação e os sistemas coletivos de produção, constatou-se uma dicotomia entre o ideário dos líderes e a situação real dos assentados, bem como os seus objetivos com o trabalho na terra. No trabalho com a educação de jovens e adultos, contatou-se uma preocupação com um espaço para formação política, por parte dos coordenadores do MST. No entanto, uma das constatações centrais relaciona-se à possibilidade de desenvolvimento da cidadania, através da relação entre os diferentes saberes que permeiam e são construídos no processo de luta dos Sem Terra e na sua relação com os demais atores da sociedade civil e com o próprio Estado. A possibilidade da emancipação social e cultural está presente em todos os momentos da luta, seja nas relações internas ou nas externas, com o Estado por exemplo. As pessoas aprendem a respeito dos interesses que permeiam cada um dos atores da sociedade, dentre eles o Estado e a classe dos grandes proprietários. Aprendem sobre os espaços de poder tanto internos quanto os externos, principalmente. Tais aprendizagens são explicitadas nas músicas e nos rituais [místicas] desenvolvidos pelo MST. O Estado, não somente utiliza um aparato policial como forma de poder, como toda a produção midiática está voltada, principalmente, para a divulgação dos projetos governamentais, que são exaltados em relação ao que de fato representam para a sociedade. O movimento social, de outro lado, aprende a construir estratégias de ação que pressionam o Estado e impressionam a sociedade, fortalecendo atitudes de questionamento e de indignação em grande parte da sociedade, quando denuncia as situações de desigualdade, exclusão e concentração da riqueza.

BIBLIOGRAFIA

- 1 ARAGÃO, Lúcia M. de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social em Jurgen Habermas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- 2 ARATO, Andrew e COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (coord.) *Sociedade civil e democratização*. Del Rey. Belo Horizonte, 1994.
- 3 BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. SP:Ática,1991.
- 4 BERGAMASCO, Sonia M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Medeiros, Barbosa, Franco, Esterci e Leite (orgs.). SP, Ed. UNESP, 1994.
- 5 BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. E D'AQUINO. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1990.
- 6 BOUFLEUER, José Pedro. *Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.
- 7 CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 8 _____. *Educação em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 9 _____. *Sem Terra com Poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- 10 CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. SP:Brasiliense, 1986.
- 11 CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- 12 DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- 13 D'INCAO, Maria Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da Reforma Agrária. In: *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, nº 23, março de 1991. SP:Marco Zero: Cedec.
- 14 D'INCAO, M.C. e ROY, G. *Nós cidadãos*. SP:Paz e Terra. 1995.

- 15 D'INCAO, M.C. O MST e a verdadeira democracia. In: Stédile, João Pedro (org). *A reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 16 D'AQUINO, Terezinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço nos assentamentos das terras de Promissão/SP. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 1996. *Mimeo*.
- 17 DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do Engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato*. Fortaleza: EUFC, 1990.
- 18 _____. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: *Coletânea CBE - Sociedade Civil e Educação*. Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: ANDE, 1992.
- 19 _____. Pedagogia do enfrentamento no cotidiano das lutas no campo. In: *Cadernos Anped*, nº 6, outubro de 1994.
- 20 _____. O saber social e a construção da identidade. In: *Contexto e Educação*, ano 9, nº 38, abril/junho de 1995. Editora UNIJUÍ, RS.
- 21 ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: *Revista ABRA*, Campinas, set./dez., 1992.
- 22 FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- 23 _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 24 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- 25 GAIGER, Luiz Inácio Germany. A práxis coletiva do sem-terra: rumo à unidade ou heterogeneidade cultural? In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.6, 1994.
- 26 GOHN, Maria da Glória Marcondes. Participação e gestão popular na cidade. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. SP: Cortez, no 26, abril, 1988.
- 27 _____. As relações sociedade civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. SP: Cortez, no 36, agosto, 1991.
- 28 _____. *Movimentos Sociais e Educação*. SP: Cortez, 1992a.
- 29 _____. Questões metodológicas na análise dos movimentos sociais. *16a. Reunião Anual da ANPED*, 1993. *Mimeo*.
- 30 _____. Movimentos, organizações populares e cidadania: conquistas, problemas e perspectivas nos anos 90. 1993. *Mimeo*.
- 31 _____. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. SP: Loyola, 1995.
- 32 _____. *Os sem-terra, ongs e cidadania*. SP: Cortez, 1997.
- 33 _____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997b.
- 34 _____. Desafios da participação popular no meio rural brasileiro neste final de milênio. *Texto apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, outubro de 1998.
- 35 _____. O novo associativismo e o Terceiro Setor. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 58, ano XIX, novembro de 1998b.
- 36 GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- 37 GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- 38 _____. Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. *Revista Contexto e Educação*, nº 4. Ijuí/RS. 1984.
- 39 HABERMAS, Jurgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. RJ: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1989.
- 40 HURTADO, Carlos Nunez. *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- 41 KAGEYAMA, Angela e GRAZIANO DA SILVA, José. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos econômicos*, São Paulo, vol. 13, nº 3, set./dez/, 1983.
- 42 KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agro-industriais. Campinas; UNICAMP, 1987. *Mimeo*.
- 43 KLEBA, J.B. Cooperação e coletivismo em assentamento de reforma agrária. *Revista ABRA*, nº 3, vol. 24. Campinas, 1994.
- 44 KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. SP: Paz e Terra, 1976.
- 45 LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, co-edição. Florianópolis. 1988.
- 46 MAINWARING, Scott e VIOLA, Eduardo. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. SP: Brasiliense, 1987.
- 47 MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo (org). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987.

- 48 MARTINS, José de Souza. Educação e cultura nas lutas do campo. In: *Sociedade Civil e Educação* / Antonio Joaquin Severino, José de Souza Martins; Alba Zaluar e outros. Campinas: Papirus; Cedes; São Paulo: Ande: Anped. 1992. Coletânea CBE.
- 49 MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. RJ: IBASE, 1989.
- 50 NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander(org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. RGS: Editora da UFRGS. 1996.
- 51 _____. Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais - o caso do assentamento nova Ramada/RS. Relatório Final de Pesquisa. Porto Alegre, 1995. *Mimeo*.
- 52 PAULILO, Maria Ignez. *Assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo*. Santa Catarina. Mimeo. s/d.
- 53 _____. Terra à vista... e ao longe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- 54 POLI, Odilon Luiz. Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. *Dissertação de mestrado* apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1995.
- 55 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- 56 _____. *Um discurso sobre as ciências*. Afrontamento: Lisboa, 1985.
- 57 _____. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 1995. *Mimeo*.
- 58 SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 2 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC. 1987.
- 59 _____. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. SP: Brasiliense, 1987.
- 60 _____. *Redes de movimentos sociais*. SP: Loyola, 1993.
- 61 _____. Novos rumos da pesquisa sobre ações coletivas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- 62 SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: *Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990.
- 63 SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jurgen Habermas: Razão comunicativa e emancipação*. RJ: Tempo Brasileiro, 1989.
- 64 SOUZA, Maria Antonia de. Estudo comparativo de alguns aspectos da educação pública em dois assentamentos do Pontal do Paranapanema: Gleba XV de Novembro e Fazenda Rebojo. *Relatório de Iniciação Científica*/CNPq. UNESP, Presidente Prudente, 1992.
- 65 _____. A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. *Dissertação de mestrado* apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1994.
- 66 _____. Educação Não-formal e a formação de lideranças do MST. In: *Cidadania/Textos*, nº10, outubro de 1997. Gemdec, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.
- 67 _____. As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra --MST. *Tese de doutorado*, defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1999.
- 68 STÉDILE, João Pedro e GOERGEN, Frei Sérgio. *A luta pela Terra no Brasil*. SP: Scritta, 1993.
- 69 _____. *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- 70 STÉDILE, J.P(org.). *A Reforma Agrária Hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- 71 _____. (org.). *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 72 TORRENS, João Carlos Sampaio. Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná: o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - 1978 - 1990. *Dissertação de Mestrado*. CPDA. Rio de Janeiro, 1992.
- 73 TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue*. SP: Trajetória, 1989.
- 74 _____. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.
- 75 _____. *Programa roda viva*. TV Cultura. 10 de novembro de 1997.
- 76 _____. Do social movements exist? *Trabalho apresentado no Internacional Congress of de AIS*, Montreal, 1998. Tradução de Samira Kauchakje. Campinas, 1998.
- 77 THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. SP: Zahar, 1981.
- 78 _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. SP: Companhia das Letras, 1998. (tradução de Rosaura Eichemberg).

- 79 ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Depois da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de Reforma Agrária no RS. *Dissertação de Mestrado*. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1989.
- 80 ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et al (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. SP: Editora da Unesp, 1994, p. 205-224.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. SP: Hucitec, Brasília: Edunb, 1995.
- Documentos produzidos pelo MST e que foram consultados ao longo das pesquisas.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Elementos sobre a teoria da organização no campo. São Paulo. MST. Caderno de Formação, nº 11, 1986.
- _____. Normas gerais do MST. São Paulo, 1989.
- _____. Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos (documento para discussão). Setor de Educação, São Paulo, 1990. *Manuscrito*.
- _____. *Documento Básico do MST*. Piracicaba, 1991.
- _____. *Construindo os núcleos*: resultado das discussões dos coordenadores estaduais do Setor de Núcleos. São Paulo, 1992.
- _____. Boletim de Educação, n. 1, 1992.
- _____. Como fazer a escola que queremos. *Caderno de Educação*. n. 1, 1992.
- _____. Alfabetização de Jovens e Adultos: Como Organizar. *Caderno de Educação*. n. 3, 1994.
- _____. Alfabetização de Jovens e Adultos: Educação Matemática. *Caderno de Educação*. n.5, 1995.
- _____. Como fazer a Escola que queremos: o planejamento. *Caderno de Educação*, nº 6. Porto Alegre, 1995.
- _____. Vamos organizar a base. *Cartilha nº 2*. São Paulo, 1995.
- _____. *Programa de Reforma Agrária*. São Paulo, 1995.
- _____. Recuperando as definições políticas adotadas para a construção do SCA. *Mimeo*, 1996.
- _____. II Seminário Nacional: perspectivas da cooperação no MST. Caçador, 1996. *Mimeo*.
- _____. *Sem Terra*: as músicas do MST. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996.
- _____. *Síntese do Seminário Nacional do SCA*: perspectiva da cooperação agrícola no MST. S/D. mimeo.
- _____. Princípios da Educação no MST. *Caderno de Educação*, nº 8. 2. ed. SP, 1997.
- _____. A vez e a voz dos valores. *Caderno de Formação*, nº 26. São Paulo, janeiro de 1998.
- _____. *Calendário histórico dos trabalhadores*. Setor de Educação/Formação. 2.ed. São Paulo, fevereiro de 1998.